



PLR: após rejeição, categoria exige nova proposta

A primeira proposta da Petrobras para a quitação da PLR 2011 não atendeu as expectativas e foi recusada de forma convicta em todas as assembleias nas bases da FNP. O resultado foi comunicado à empresa na noite do dia 25 de junho e agora reivindicamos nova reunião e uma proposta séria, que contemple as demandas e os anseios dos trabalhadores.

Até agora a empresa não respondeu e só enrola. A FNP solicitou reunião já a partir do fim de dezembro para discutir o montante da PLR 2011. Muitos ofícios foram enviados para a empresa, que só agendou reunião sobre o tema no dia 12 de junho, seis meses depois que nós começamos a solicitar negociação desta pauta.

Um semestre se passou e a única ação concreta da direção da Petrobras neste ano foi aumentar o salário da gerência da companhia em cerca de 20% e antecipar os dividendos dos acionistas. Não podemos esquecer que a companhia também anunciou o aumento dos investimentos até 2016 e conseguiu até um aumento no preço da gasolina

para bancar as próprias contas. Em tramóia com o governo federal, a Petrobras aumentou a gasolina, o governo Dilma zerou a Cide para não haver repasse nas bombas e impôs ao caixa da união a perda de arrecadação para permitir à Petrobras lucrar mais com gasolina e diesel.

Já a PLR dos trabalhadores fica sempre para a última hora. Esse é o único tema que a direção da companhia não gosta de discutir, enrola, se faz de morta e tenta vencer pelo cansaço. Ano após ano, as negociações de PLR enfrentam a indiferença e o pouco caso da multinacional.

Seja por incompetência gerencial em negociar ou por desprezo pelos direitos dos trabalhadores, a direção da Petrobras joga no lixo o respeito a esta categoria que tanto fez e tanto trabalhou para tornar a empresa uma gigante do petróleo que desperta interesse em todo o mundo.

Chega de enrolação, nós queremos negociar! E negociar uma proposta decente! Basta de perda de tempo e do atrevimento da companhia em propor PLR que não atende os 25 % do que cabe aos acionistas e ainda menor do que a do ano anterior! Nós queremos avanços!



Governo beneficia a Petrobras com aumento da gasolina e abrindo mão de imposto

A presidente da Petrobras, Graça Foster, tramou com o governo Dilma e conseguiu aumentar a gasolina em 7,83% e o diesel em 3,94% para bancar os investimentos da Petrobras previstos até 2016.

A situação política e econômica da Petrobras é extremamente complexa. A empresa não é estatal, mas é controlada pelo governo na condição de empresa de economia mista. Logo, a empresa, como outras na mesma condição, tem como função enriquecer os acionistas, mas também garantir dividendos políticos para o governo.

Pois bem! 2012 é ano de eleições e o Brasil está endividado com as obras da Copa e das Olimpíadas, eventos que foram empurrados para o Brasil porque a Europa e os EUA estão falidos e não podem pagar a conta. Sendo assim, Dilma mandou Graça Foster aumentar os investimentos da Petrobras para não deixar o PIB do Brasil

estagnar, pois a previsão de crescimento deste ano caiu para menos de 2%. Se cair mais, o Brasil não terá dinheiro para as obras, as eleições deste ano e de 2014 e por aí vai.

Então o Conselho de Administração da Petrobras aprovou no último dia 14 aumento do Plano de Negócios 2012-2016 de US\$ 224,7 bilhões para US\$ 236,5 bilhões, atendendo ao governo federal. Contudo, a multinacional ficou com caixa baixo depois de antecipar o pagamento dos dividendos dos acionistas, que só vencem no ano que vem.

Assim veio a ideia da presidente da Petrobras de aumentar o preço da gasolina e do diesel. E Graça Foster queria aumento perto de 32%. O governo sinalizou 10%, mas acabou autorizando 7,83% depois de jurar que vai manter zerada a alíquota da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para os dois combustíveis.

Mesmo com a isenção da CIDE, não há garantia de que os postos não vão aproveitar a situação para aumentar os preços e lucrar ainda mais. E mesmo que isso ocorra, o problema maior aqui é a transferência de dinheiro público para bancar os investimentos que os acionistas deveriam bancar. O governo tem apenas parte do capital acionista, mas banca a isenção da CIDE para dar caixa para a multinacional Petrobras enquanto os acionistas só esperam os lucros chegarem. Este ano, já receberam até antecipado. Ou seja, o governo está tirando dinheiro dos impostos para garantir mais lucros para os acionistas.

Assim funciona uma empresa de economia mista. É um jogo complexo de interesses entre acionistas e governo em que o povo, sempre o povo, paga a conta e financia o lucro dos acionistas.

Encontro da Comissão Nacional do Benzeno

O Sindipetro-SJC irá participar do encontro da Comissão Nacional do Benzeno do dia 4 a 6 de julho, em São Paulo. A Comissão se reúne com frequência e temos acompanhado todas as discussões para combater o Benzenismo, doença decorrente da exposição ao Benzeno. A Comissão tem trabalhado com relação às Normas Regulamentadoras do

Ministério do Trabalho e quanto à legislação específica da substância.

Vale lembrar que a nossa bandeira é pela redução da exposição ao Benzeno, sem nenhuma margem de exposição mínima, como defende a Petrobras.

O Benzenismo também tem sido apontado na contaminação de frentistas. Os combustíveis têm dezenas de

produtos químicos capazes de provocar as mais variadas doenças. No ano passado, a morte do frentista Gilberto Filiu, de Dourado (MS) teve confirmada como causa a exposição ocupacional ao Benzeno durante 29 anos. A médica Mariana Oliveira Barcelos informou que Gilberto estava com insuficiência hepática, agravada pelo Benzenismo.

Gases da queima do diesel também provocam câncer

Petrobras anuncia plano de investimento em energia suja em plena semana de Rio+20

A Agência Internacional de Pesquisa contra o Câncer (IARC), organismo que faz parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) acaba de classificar a emissão de gases do motor a diesel como cancerígeno. Segundo a agência, há evidências suficientes de que a exaustão do motor a diesel aumenta o risco de cancro do pulmão e de bexiga com base em estudos epidemiológicos de trabalhadores expostos em várias situações.

Essa notícia torna ainda mais grave o resultado da Rio+20 que ocorreu no Rio de Janeiro. A conferência poderia ter elaborado normas mais rígidas no controle da poluição, no investimento em energia limpa, mas sucumbiu diante dos interesses financeiros, principalmente

dos países ricos, que querem se livrar da conta da preservação do meio ambiente e da pesquisa de novos combustíveis, empurrando essa tarefa apenas para os países em desenvolvimento, que também não demonstram muita vontade econômica e competência política para isso.

O plano de negócios que a direção da Petrobras anunciou, em plena semana da Rio+20, pretende aumentar os investimentos em combustível fóssil (petróleo e gás) e reduzir na área de bicompostíveis (etanol e biodiesel). A participação dos biocompostíveis nos investimentos da empresa caiu de 2% para 1,6%, abandonando a meta de aumentar de 5% para 12% sua participação no mercado de etanol.

A redução da participação de combustíveis renováveis na estratégia da petroleira vai contra o que se discutiu na Rio+20. Um dos pontos negociados no texto “O Futuro que Queremos”, base do documento final da conferência, diz respeito a dobrar a participação de energias renováveis na matriz energética global, atualmente em 15%. O Brasil possui 46% de fontes renováveis na matriz energética.

O fato é que cada vez mais se comprova que a poluição, a queima de combustíveis fósseis, presente na indústria do petróleo, são carcinogênicos. E isso cada vez mais aumenta a nossa tarefa na luta direta dentro da categoria petroleira na defesa da segurança operacional, da aposentadoria especial etc.

Sindipetro-SJC recebe gerentes da Revap para reunião

O Sindipetro-SJC recebeu o gerente de RH da Revap, Eduardo Gianchini, e a gerente-geral Elza Calas no dia 21 de junho. A diretoria do Sindicato mostrou a sede para os gerentes, os convidamos a se filiarem e, em reunião, apresentamos e cobramos várias demandas dos trabalhadores focadas no bem-estar e na segurança.

Dentro as demandas apontadas por nós, estão: o efetivo mínimo para operar as tarefas do dia a dia, o processo para a extensão do ônibus para o turno, o

atendimento no transporte para os trabalhadores do horário administrativo, o número insuficiente de treinamentos para os trabalhadores assumirem áreas, a necessidade da primeirização da produção principalmente por causa dos problemas com a terceirização e a quarteirização.

O Sindipetro-SJC pediu que a empresa apresente propostas quanto aos assuntos abordados. Em suma, a reunião foi boa no sentido de que é a 1ª vez que um gerente não recebe os dirigentes do

sindicato em sua sala, e sim vai até a nossa sede. Esperamos que esse relacionamento seja amistoso e traga proveito para os trabalhadores, refletindo num bom relacionamento e melhor ambiência.

Um resultado concreto da reunião foi a recontração de um trabalhador demitido por uma terceirizada após um acidente em que teve o nariz fraturado. Nós apontamos o descaso e o desrespeito com o trabalhador, o que fez com que os gerentes da Revap viessem. Parabéns ao trabalhador recontração!

Trabalhador quarterizado é dispensado, mas retorna após cobrança do SINDIPETRO-SJC

A falta de treinamento e a rotatividade provocada pela terceirização e quarterização, além de provocar acidentes graves e até morte, lesam os direitos dos trabalhadores. Terceirização é nada mais nada menos do que retirar direitos, enfraquecer os trabalhadores e facilitar os calotes das terceiras.

A firma “Porto Seguro Cortes e Furos” (aliás, de onde veio isso?), subcontratou (quarterizou) para realizar serviço na parede da caldeira GV 50101B na DCCF em maio deste ano. Um funcionário

subcontratado desta firma veio de Jundiaí/SP realizar o serviço e, ao prender um parafuso (que deveria ser de aço carbono), embaixo da caldeira, o mesmo se rompeu e vários tubetes em torno de 50 kg caíram em cima do funcionário. Um deles atingiu e quebrou o nariz do trabalhador, que foi encaminhado para o Policlín e depois demitido.

Após cobrança do Sindicato na CIPA e no RH, a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que deveria ter sido aberta imediatamente pelo

SO, foi emitida em 15/06/2012, cerca de uma semana depois. O funcionário foi readmitido.

Já houve outros casos em que não ocorreu a emissão de CAT porque até subcontratação de estrangeiro está ocorrendo e não se consegue emitir CAT neste caso. O problema é o desrespeito com o trabalhador e o descumprimento da legislação trabalhista.

Do jeito que a empresa faz, parece que o trabalhador é algo sem importância, mas não é e não deve ser assim. Nós exigimos respeito e o cumprimento da legislação!

Petrobras apresenta novo modelo do Benefício Farmácia

A Petrobras, enfim, realizou algumas mudanças no Benefício Farmácia para melhorar o Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). As mudanças foram discutidas com os sindicatos na negociação do ACT 2011/2013 e implantadas agora.

A lista de medicamentos e farmácias credenciadas no novo modelo do Benefício Farmácia estão disponíveis no site www.ams.petrobras.com.br.

A aquisição de medicamentos subsidiados pela companhia passa a ocorrer por delivery (entrega). A solicitação pode ser feita nos postos de

atendimento dos Serviços Compartilhados ou pelos Correios para o seguinte endereço:

*Petróleo Brasileiro S/A –
Petrobras COMPARTILHADO/
RSPS/SAMS/ATA
Benefício Farmácia – Delivery
Av. Paulista, nº 901, 14º andar,
Lado Santos, Cerqueira César
São Paulo/SP – CEP: 01311-100*

Os beneficiários da AMS ainda poderão adquirir qualquer medicamento que esteja na lista em farmácias não credenciadas, solicitando em seguida seu reembolso nos postos de atendimento dos Serviços Compartilhados;

A lista de medicamentos

passa a incluir remédios para o tratamento de asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, glaucoma e tabagismo, além de antipsicóticos;

Outra mudança é o prazo de validade das receitas médicas para compra de medicamentos, que passa para 120 dias, exceto para os medicamentos controlados, cuja prescrição terá validade de 30 dias e para antibióticos, cuja validade da prescrição é de apenas 10 dias;

Os beneficiários inscritos no PAE também serão contemplados e poderão comprar remédios com participação financeira reduzida, conforme tabela PAE.